

RECESSÃO E INFLAÇÃO: A "ORIGINALIDADE" DA POLÍTICA ECONÔMICA

*Fernando Ferrari Filho**

Passados nove meses do Plano Brasil Novo, os indicadores econômicos, tanto de inflação quanto de nível de atividade produtiva, mostram que, até o presente momento, os sonhos primeiromundistas do Presidente Collor estão sendo desfeitos pela sua retórica "collorida". Por quê? Porque, apesar de o plano econômico ter obtido um sucesso inicial, quando da reversão das expectativas hiperinflacionárias que vinham sendo sinalizadas nos últimos meses do Governo Sarney, desde julho, a taxa de inflação está recrudesando e o ritmo de crescimento da economia está sendo arrefecido. Em outras palavras, a economia brasileira, ao contrário de uma situação de "inflação zero, crescimento estável e desenvolvimento harmônico", prometida ao longo da campanha presidencial, encontra-se, mais uma vez, em estagflação.

Diante desse quadro de instabilidade econômica, bastante conhecido pela sociedade, bem como sabendo que a equipe econômica não medirá esforços para reduzir a inflação, seja qual for a repercussão econômica e, por conseguinte, o custo social, torna-se importante uma análise acerca da lógica do plano de estabilização econômica do Governo.

Como se sabe, o plano econômico do Governo Collor centrou-se em três pontos, quais sejam, a reforma monetária, as reformas administrativa, patrimonial e fiscal e a "política de rendas". No que diz respeito à reforma monetária, os principais objetivos foram, por um lado, a substituição da unidade de padrão monetário de cruzado novo para cruzeiro, ao par, condição necessária para que, conforme supunham as autoridades monetárias, a moeda recuperasse suas funções básicas de meio de troca e reserva de valor e, conseqüentemente, voltasse a ter credibilidade junto à sociedade; e, por outro, o "seqüestro" de haveres monetários e financeiros, ou seja, a redução compulsória do estoque dos meios de pagamento no seu conceito mais abrangente — M4. Para reverter o "deficit" público, adotou-se um conjunto de reformas, tais como: a administrativa, cujas medidas básicas foram as demissões de

* Economista e Professor da UFRGS/DCE.

funcionários públicos e o fechamento de ministérios e empresas do Governo; a patrimonial, essencialmente a privatização de empresas estatais; e a fiscal, através da elevação dos impostos sobre o capital e os ativos financeiros e da redução e eliminação, em certos casos, dos subsídios e incentivos fiscais. A "política de rendas", por sua vez, caracterizou-se, em primeiro lugar, por um breve "congelamento" geral de todos os preços da economia, exceto o do câmbio, que, desde o início, se manteve flutuante, seguido por um curto período de prefixação dos mesmos; e, em segundo lugar, por uma regra de livre negociação entre os agentes econômicos para a determinação de seus preços e salários.

As conseqüências dessas medidas não poderiam ser outras: um aperto monetário sem precedentes na história econômica brasileira, uma rápida reversão do "deficit" público, na medida em que o Tesouro Nacional vem obtendo sucessivos aumentos dos "superavits" fiscais, e um significativo arrocho salarial, verificado, principalmente, no funcionalismo público e nos segmentos de trabalhadores menos organizados. Em outras palavras, o "ecletismo" teórico da política de estabilização econômica da Ministra Zélia Cardoso de Mello e seus pares provocou uma expressiva contração da demanda agregada.

Nesse sentido, cabem as seguintes perguntas: em que marco teórico está, efetivamente, inserido o Plano Brasil Novo? Há alguma consistência teórica na lógica do plano de estabilização econômica?

A ênfase que a equipe econômica vem dando às políticas monetária e fiscal, seja através de um rígido controle do processo de criação dos meios de pagamento, seja pela incessante necessidade de obtenção de "superavits" fiscais a qualquer custo, é um sinal nítido de que a estratégia da política antiinflacionária está centrada, única e exclusivamente, na recessão. Logo, a lógica da política econômica do Governo assemelha-se muito às concepções monetaristas de combate à inflação.

De maneira sucinta, segundo a teoria monetarista, uma vez que a capacidade de produção da economia seja constante no curto prazo e admitindo-se a hipótese de que a economia opera próxima à situação de pleno emprego, denominada **taxa natural de desemprego**, a natureza inflacionária decorre do excesso de demanda agregada, proveniente de distúrbios tanto reais quanto monetários. Assim sendo, os monetaristas entendem que somente políticas de contração da demanda agregada são capazes de arrefecer o comportamento inflacionário.

Antes de se fundamentar uma crítica à essa lógica de combate à inflação, cabe chamar atenção para o fato de que os chamados "keynesianos" da equipe econômica, cientes de que a essência da concepção

monetarista está na condução da política monetária, deveriam ter em mente que, segundo a noção de teoria monetária da produção desenvolvida pelo próprio Keynes, a moeda não pode ser considerada neutra, nem mesmo exógena no sistema econômico, e, portanto, a relação entre nível de preços e oferta de moeda fica questionada no seu efeito causalidade, conforme os quantitativistas supõem. Contudo, diante do "poder" da política monetária, os "keynesianos" do Governo parecem ter abandonado as lições da **Teoria Geral**, especialmente do Capítulo 17, e renderam-se aos argumentos da **Síntese Neoclássica**.

Uma vez identificado o marco teórico do plano de estabilização econômica, cabe discutir se a lógica monetarista tem alguma consistência quanto à sua aplicabilidade para a economia brasileira.

A política antiinflacionária do plano econômico pode ser contestada, pelo menos, por três motivos. Primeiro, porque, ao contrário da suposição de que a economia esteja em pleno emprego, a economia brasileira, há muito tempo, vem apresentando capacidade ociosa e taxas de desemprego, bem como existe uma demanda social reprimida. Portanto, a situação econômica parece não condizer com um excesso de demanda agregada. Segundo, porque, quando os neo-estruturalistas da PUC-RJ desenvolveram suas teorias como forma de refutar a relevância da **Curva de Phillips** para a economia brasileira, as estimativas econométricas para determinar a influência do hiato do produto sobre a inflação indicavam que um aumento da recessão tinha um efeito bastante desprezível sobre a dinâmica comportamental dos preços. Terceiro, porque, durante o processo recessivo compreendido entre os anos 1981 e 1983, período no qual a taxa média de crescimento do PIB foi de -2,2% a.a., a inflação passou de 95,2% em 1981 para 211,0% em 1983.

Os argumentos acima parecem, portanto, questionar qualquer possibilidade de êxito da política econômica do Governo, pelo menos na forma como está sendo conduzida, na medida em que o "trade-off" original da **Curva de Phillips**, qual seja, inflação "vis-à-vis" ao desemprego, não se verifica na economia brasileira.

Assim sendo, resta uma dúvida. Há alguma estratégia econômica alternativa para o controle inflacionário?

Partindo-se de um diferente "approach" teórico, ou seja, pós-keynesiano, pode-se dizer que a natureza inflacionária, em termos gerais, se origina tanto da formação das expectativas por parte dos agentes econômicos quanto da dinâmica concorrencial dos mercados e, conseqüentemente, da sua estrutura de formação dos preços.

Os sucessivos choques heterodoxos e ortodoxos, tais como Plano Cruzado e Plano Verão respectivamente, têm mostrado aos economistas que o sucesso de qualquer plano de estabilização econômica depende, essencialmente, da confiabilidade que os agentes econômicos têm na gestão monetária-fiscal do Governo. Por quê? Porque os agentes econômicos formam suas expectativas de preços a partir da condução das políticas monetária e fiscal do Governo. Como? Se os agentes econômicos acreditam na gestão monetária-fiscal da política econômica e, por conseguinte, crêem que não haverá futuras oscilações no poder de compra da moeda, as suas decisões sobre as revisões dos preços das diversas formas de riqueza ficam postergadas. Se, em contrapartida, os agentes econômicos vêem que a política econômica não está sendo bem administrada e, portanto, prevêm futuras variações no poder de compra da moeda, eles passam a encurtar seus seus cálculos de horizonte na formação dos preços e contratos, através de mecanismos de comportamento meramente defensivos, sejam informais, sejam formais.

Via de regra, tanto a teoria quanto a evidência empírica dizem que as empresas oligopolistas, ao incorrerem em quedas do volume físico de suas vendas, tentam, em função do poder de concentração do mercado, recuperar as perdas sofridas com o arrefecimento da demanda através da elevação das margens de lucro.

A partir desse "approach", a presente natureza inflacionária brasileira pode ser explicada, além de pelos choques agrícola e externo, basicamente pelos dois motivos acima. Por um lado, pela formação de expectativas adversas, imediatamente refletidas no comportamento dos preços, por parte dos agentes econômicos em relação à gestão da política econômica do Governo, seja porque não há um projeto de médio e longo prazos que reverta o atual quadro recessivo da economia, seja porque há pontos de estrangulamento ainda não resolvidos, tais como a renegociação da dívida externa e o equacionamento da dívida interna. Por outro, pelo poder que as empresas oligopolistas têm de transferir os prejuízos da retração do mercado para os preços finais.

Nesse sentido, a política de estabilização econômica deveria estar centrada numa política de controle de preços, bem como numa política de rendas, discutida previamente entre os diversos interlocutores da sociedade, ao invés de estar baseada em medidas de cunho recessivo que, dentro do projeto governamental liberal, "contraditoriamente", afetam justamente os setores competitivos e os próprios trabalhadores.

Diante disso tudo, uma vez aberto o precedente, resta saber quando o ex-Ministro Delfim Netto entrará em cena, pois a "originalidade" da política econômica da Ministra Zélia Cardoso de Mello deve-se, em grande parte, ao ex-mestre.